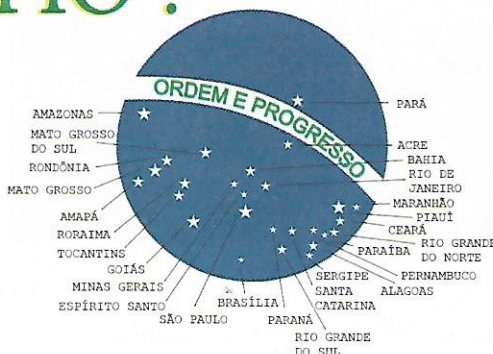


DESENHO DA BANDEIRA UM DESAFIO ?

Esta matéria foi elaborada durante a realização da COPA DO MUNDO, época em que ocorre, em todo o país, um belo espetáculo popular de amor ao Brasil, o que leva os torcedores a, espontaneamente, se lembrarem das cores nacionais, e, especialmente encontrarem na Bandeira Nacional, o símbolo do Brasil. Abre-se assim um mercado de venda de artigos relacionados com o verde, amarelo, azul e branco. Muitos vendedores ambulantes e lojas passam a oferecer Bandeiras Brasileiras confeccionadas com erros aberrantes de desenho e cores. Os responsáveis pela produção, bem como os compradores, na sua grande maioria, desconhecem a legislação pertinente aos Símbolos Nacionais. Com a maior naturalidade, brasileiros ostentam Bandeiras com 27 estrelas distribuídas, aleatoriamente, no círculo azul. Em algumas delas, a zona branca com a legenda ORDEM E PROGRESSO, tem a inclinação para a esquerda e as letras em azul ou preto. Outro erro muito comum é adotar desenho antigo, com número menor de estrelas. Pelo que se vê nas transmissões em televisão, as Bandeiras que marcam a presença brasileira na França estão rigorosamente de acordo com a legislação em vigor, notando-se algumas delas ainda com número menor de estrelas que o previsto. Outro aspecto que chama a atenção, seja nas manifestações na França ou em qualquer cidade brasileira, é a maneira informal e inocente com que os torcedores portam a nossa Bandeira. Na página 2, este assunto é abordado com maior profundidade.



2

EDITORIAL

Quantos brasileiros sabem
desenhar a Bandeira Nacional ?

3

HISTÓRIA DO ESCOTISMO BRASILEIRO

Prossegue apresentando o
desenrolar da 1ª Assembléia
Nacional da UEB.

4

MUTIRÃO PARA ESCREVER A HISTÓRIA DO ESCOTISMO

CONSELHEIRO FÁBIO
DE ALCÂNTARA NO
GRANDE ACAMPAMENTO

REAL CRÉDITO
AO ESCOTISMO

APOIO CULTURAL



PETROBRAS

EDITORIAL

QUANTOS BRASILEIROS SABEM DESENHAR A BANDEIRA NACIONAL?

Certamente os Escoteiros sabem fazê-lo; e corretamente. Na fase de iniciação, aprendem: a cantar o Hino Nacional, o da Bandeira e o dos Escoteiros; desenhar a Bandeira Nacional, o seu simbolismo, como içá-la a um mastro e quais as honras que lhe são devidas. Na idade em que se aprende e se memoriza com facilidade tudo o que é ensinado, os jovens Escoteiros e Escoteiras passam a saber que, para desenhar a Bandeira Brasileira, devem escolher um *módulo M*, que é um segmento retilíneo e arbitrário, consoante com o tamanho da Bandeira a ser desenhada, e observar as indicações contidas na figura ao lado - **Desenho Modular da Bandeira Nacional**. Essa figura é calculada no Anexo à Lei 8421 de 11 de maio de 1992 que atualizou a Legislação anterior; mostra de maneira simples e didática como desenhar o Pavilhão Nacional: 14M será a sua altura; 20M sua largura; 1,7M as distâncias entre os vértices do losango amarelo e os lados da Bandeira; 3,5M o raio para traçar a circunferência da esfera celeste azul atravessada por uma zona branca, em sentido oblíquo e descendente da esquerda para a direita com a legenda **ORDEM E PROGRESSO** (letras em cor verde). E, finalmente, é de 8M o valor do raio para traçar o arco que demarca o limite inferior da referida zona branca. Para traçar o limite superior, acrescentar 1/3M ao valor daquele raio. Para facilitar o desenho das estrelas, em suas corretas posições relativas e com as dimensões proporcionais às suas respectivas grandezas, o círculo azul da Bandeira está quadriculado.

Oportuno mencionar que a Lei que dispõe sobre a forma e a apresentação da Bandeira Nacional estabelece, em seu artigo 39, que é obrigatório o ensino do desenho em todos os estabelecimentos de ensino públicos ou particulares, dos primeiros e segundos graus. Como seria fácil e adequado incluir esta matéria obrigatória nas aulas de desenho! E o Escotismo teria tão somente que consolidar conhecimentos adquiridos nas escolas frequentadas pelos Escoteiros.

Os dois parágrafos iniciais do artigo 3º da referida Lei de 1992 estabelecem: 1º - As constelações que figuram na Bandeira Nacional correspondem ao aspecto do céu, na cidade do Rio de Janeiro, às 8 horas e trinta minutos do dia 15 de novembro de 1889 (doze horas siderais) e devem ser consideradas como vistas por um observador situado fora da esfera celeste. 2º - Os novos Estados da Federação serão representados por estrelas que compõem o aspecto celeste referido no parágrafo anterior, de modo a permitir-lhes a inclusão no círculo azul da Bandeira Nacional sem afetar a disposição estética original constante do desenho proposto pelo decreto n. 4 de 19 de novembro de 1889.

Houve uma preocupação extremamente erudita dos que assessoraram os legisladores no alvorecer da República, Raimundo Teixeira Mendes, que era o Chefe da Igreja Positivista do Brasil, e o astrônomo Manuel Pereira Reis. Logo após a Proclamação da República, em 19 de novembro de 1889, foi sancionado o Decreto n. 4 definindo os novos Símbolos Nacionais. Foi mantida a tradição das antigas cores nacionais verde e amarela, substituindo-se o símbolo do Império pela esfera celeste azul estrelada. É a Bandeira Brasileira, a única, entre os países que usam estrelas em seus Pavilhões Nacionais, com as constelações formando um conjunto determinado no céu, muito mais sugestiva do que a mera apresentação de estrelas sem individualidades e sem nexo de ligação como escreveu o Capitão-de-Mar-e-Guerra Reformado Luiz Renato Dantas Machado em excelente artigo publicado na Revista do Clube Naval n. 296 de 1995 com o título **As Estrelas da Bandeira Brasileira**. Entender que as estrelas, como são apresentadas na Bandeira



DESENHO MODULAR DA BANDEIRA NACIONAL
Obs: Os números entre parênteses indicam a grandeza das estrelas.



que o Cruzeiro do Sul de nossa Bandeira é diferente de todos os outros existentes em Bandeiras de outros países em que a mesma constelação é apresentada - Austrália, Nova Zelândia, Papua-Nova Guiné e Samoa Ocidental, o autor, em seu circunstanciado e completo artigo, completa o seu pensamento nos seguintes termos: *Observando, no céu, o Cruzeiro do Sul, quando este se encontrar na vertical, ereto, em junho, podemos verificar, também, que as estrelas do lado esquerdo (leste) do Cruzeiro em nossa Bandeira, ficam, no céu, do lado direito (oeste) do Cruzeiro. As estrelas do lado direito (oeste) do Cruzeiro, em nossa Bandeira, ficam, no céu, ao lado esquerdo (leste) do Cruzeiro*. Paulatinamente, foram sendo legalizados os acréscimos de novas estrelas em decorrência da criação de novos Estados da Federação. Mas, a partir de 1942, foram editadas **Prescrições Diversas** definindo normas sobre a Bandeira Nacional, bastante restritivas, abordando procedimentos a serem observados quando usadas em céu aberto ou em recinto fechado, em cerimônias fúnebres, bem como vários itens de proibições que, praticamente, impedem o uso em ocasiões informais. Com isso, criou-se um contraste em relação a outros países, onde há alto grau de civismo e patriotismo, mas que aceitam, com naturalidade, o uso de suas Bandeiras sobre os ombros ou sendo ainda, aplicadas em miniaturas em peças de vestuário e até mesmo em sumários biquínis. Naqueles países, os usos e costumes populares prevaleceram sobre as idéias dos legisladores. Finalmente, a Lei sancionada pelo Presidente Fernando Collor, em 11 de maio de 1992, 104º da República, alterou a de 1971 com relação às estrelas incluindo-se o desenho das Armas Nacionais em que se estabelece: *O escudo redondo será constituído em campo azul-celeste, contendo cinco estrelas de prata, dispostas na forma da constelação Cruzeiro do Sul, com bordadura do campo perfilada em ouro, carregada de estrelas de prata em número igual ao das estrelas existentes na Bandeira Nacional*. Assim, no desenho das Armas Nacionais, o Cruzeiro do Sul é apresentado como é avistado no céu do Brasil.

Efetivamente, há um desconhecimento generalizado da legislação pertinente aos Símbolos Nacionais: Bandeira Nacional, Hino Nacional, Armas Nacionais e Selo Nacional.

Nacional, representam a visão que teria um observador hipoteticamente localizado fora da esfera celeste, ou seja, à distância infinita, requer certo grau de abstração que nem sempre é encontrado no cidadão comum. Aquela concepção criou uma dificuldade para o entendimento do Símbolo Nacional de tão grande importância! No referido artigo da Revista do Clube Naval, assim se pronunciou o autor quanto à abstração necessária para entender a posição das estrelas na Bandeira: *não nos parece ser a mais adequada para ser utilizada no Pavilhão Nacional, não obstante os 105 anos de sua existência. Teria sido melhor empregar uma projeção em que o ponto de vista do observador se encontrasse na Terra. Isso permitiria que a visão de parte do céu, reproduzida em nossa Bandeira, fosse tal como nos veríamos à noite, do nosso planeta. Um modo muito fácil e simples de verificar essa situação estranha do aspecto do céu de nossa Bandeira é olhar para a constelação do Cruzeiro do Sul. No céu, a estrela Épsilon (Intrometida) encontra-se ao lado direito do eixo maior que liga a estrela Alfa (Acrux) à Gama (Gaorux), isto é à direita do observador. Na Bandeira, a estrela Épsilon encontra-se ao lado esquerdo deste eixo, à esquerda, portanto, de quem a contempla. Após comentar*

HISTÓRIA DO ESCOTISMO BRASILEIRO

No número anterior foi anunciado que o relato da História do Escotismo Brasileiro iria prosseguir com a apresentação dos principais assuntos tratados na 1ª Assembléia Nacional Escoteira - ANE realizada pela UEB. Entretanto, antes de fazê-lo, torna-se oportuno publicar um breve retrospecto dos fatos que antecederam a decisão da Direção Nacional da UEB de, com a 1ª ANE, iniciar uma nova era em que os seguimentos de expressão de sua organização passassem a participar das decisões sobre assuntos relevantes e do interesse do Movimento. A seguir, serão apresentadas curtas referências a fatos já pormenorizadamente narrados em números anteriores:

a. Pela legislação vigente, no início dos anos 40, o Conselho Diretor da UEB tinha poder para alterar o Estatuto da Instituição (MEMÓRIA ESCOTEIRA n. 15).

b. Em 6/3/1944 o Conselho Diretor da UEB alterou o seu Estatuto criando os seus três Departamentos, Terra, Mar e Ar, constituídos pelas respectivas Federações, sendo a antiga Confederação Brasileira de Escoteiros de Terra, transformada na nova Federação Brasileira de Escoteiros de Terra. Houve imediata reação de várias das antigas Federações de Terra, tendo sido a mais circunstanciada a da Federação Paulista de Escoteiros com o ofício datado de 28/3/1944 (MEMÓRIA ESCOTEIRA n. 17/18).

c. Em 18/5/1944 o Conselho Diretor da UEB aprovou um novo Estatuto para a instituição que extinguiu as três Federações de Terra, Mar e Ar e criava três Departamentos Técnicos na Diretoria Central da UEB. A extinta Federação do Ar reagiu com muita veemência através de um Memorial datado de 15/6/1944. O documento concluiu solicitando a elaboração de um Estatuto que respeite os interesses de todos e que o façam como resultado de um estudo de uma Comissão Multilateral ou como fruto de um Congresso de Dirigentes ou simples Reunião de Representantes. (MEMÓRIA ESCOTEIRA n. 19 a 23/24).

d. Em 27/7/1944 o Presidente da UEB dirigiu um Ofício à FBear tecendo considerações a respeito do referido Memorial que foi respondido pelo Presidente da Federação do Ar em tom polêmico, mas que terminava com um apelo para que a Direção Nacional da UEB, no recesso de vossas consciências, meditasse certamente nas palavras ponderadas (...). À época, a Federação do Ar tinha o firme propósito de promover um Congresso de Dirigentes Escoteiros na cidade do Rio de Janeiro ao final de outubro de 1944. Em 28/9/1944 o Presidente da UEB, com firmeza e de forma conciliatória, redigiu Ofício à FBear, o que representou o seu bem sucedido esforço para desarmar os espíritos e encontrar uma solução para o impasse que havia se instalado. (MEMÓRIA ESCOTEIRA n. 25/26).

O acervo do CCME possui cópia da Resolução aprovada pelo Conselho Diretor que, no seu Art. 1º, convoca, em nome da UEB, a Assembléia Nacional Escoteira em conformidade com o Estatuto aprovado em 18 de maio de 1944 (item c do parágrafo anterior). A referida Resolução estabelece que a Assembléia será solenemente instalada no dia 5 de março de 1945 e durará tantos dias quanto forem necessários para a decisão de todos os assuntos submetidos ao seu estudo. O documento contém 11 artigos; merecem citação os seguintes:

Art 2º - Esta Assembléia, além da atribuição de eleger a Diretoria da UEB, terá por objetivos realizar um amplo exame da situação do Escotismo no Brasil, e determinar a estruturação do Movimento Escoteiro Nacional, elaborando e aprovando os respectivos Estatutos.



O escoteiro é amigo de todos ...

Art. 5º - São membros votantes da ANE, cada um com direito a um voto: a) - os Diretores da UEB em exercício; b) - os Diretores dos Departamentos Técnicos-Administrativos de Terra, Mar e Ar, em exercício; c) - os portadores do Tapir de Prata; d) - um representante de cada uma das Federações Estaduais de Terra, das Comissões Regionais do Mar e do Ar, existentes no dia da convocação da Assembléia.

Cumprindo o calendário da Resolução de outubro de 1944, o Presidente da UEB, General Heitor Augusto Borges, às 20,30 horas do dia 5 de março de 1945, abriu a Sessão Preparatória da Assembléia Nacional Escoteira. A reunião preparatória se impunha porquanto não havia experiência na condução do evento que seria realizado pela primeira vez. Por proposta do Chefe Araújo foi logo organizada a Secretaria com nomes indicados pelas três Federações. Ficou estabelecido que só haveria um orador que falaria em nome das três Federações. Da Ata da Reunião Preparatória transcreve-se: Passando à Ordem do Dia, o Sr. Presidente deu a palavra ao Chefe Skinner que leu, parágrafo por parágrafo, o Regimento Interno da ANE, a fim de submetê-lo à discussão e aprovação. À altura do Art. 5º

pede a palavra o Chefe Mário França que pergunta por que fazem parte da Mesa Diretora os Membros do Tapir de Prata e argumenta que os mesmos não devem fazer parte da Mesa. Com a palavra o Chefe Araújo que explica o valor de um Membro com o Tapir de Prata que é a mais alta homenagem que a família escoteira tem para dar aos mais nobres elementos que servem à causa e ao Brasil. Submetido o assunto à votação, venceu a fórmula que estava na proposta do Regimento Interno. Outro assunto polêmico relacionava-se com a votação das propostas. A Ata registrou: Pede a palavra o Tenente Castelo Branco para propor uma espécie de Conselho integrado por três membros de cada Federação, a qual, sob a presidência do Sr. General Borges, estudasse e resolvesse todos os assuntos, pois só assim seriam, a seu ver, produtivas as reuniões. Com a palavra o Chefe Araújo para defender o ponto de vista do Regimento Interno, isto é, votação individual na Assembléia Plenária. Estabeleceu-se discussão. Segue-se o registro dos diversos pronunciamentos sobre o assunto, destacando-se o do Chefe Gelmirez que propõe que todas as discussões sejam feitas em plenário, pois de outra forma não haveria razão de congregar elementos dos mais afastados recantos do Brasil para que somente três representantes de cada Federação se reunissem e deliberassem. Naquela altura dos trabalhos, ocorreu uma dispersão de esforços e assuntos já decididos voltaram a ser discutidos, como o da participação dos agraciados com o Tapir de Prata na Mesa Diretora. Fala então o Presidente, defendendo o ponto de vista da Assembléia Plenária. Procedida a votação, foi aprovado que as resoluções seriam estudadas e discutidas em plenário. Após a apreciação de outros assuntos que visavam o bom andamento dos trabalhos nas Sessões Ordinárias da ANE, foi aprovado o Regimento Interno das próximas reuniões das Assembléias da UEB.

Em 6 de março de 1945 realizou-se a Sessão Solene de Abertura mencionada no número anterior do MEMÓRIA ESCOTEIRA. Seguiram-se sete Sessões Ordinárias nos dias 6, 7, 8, 9, 10, 12 e 14 (duas Sessões). Os trabalhos foram concluídos no dia 15 do mesmo mês. Certamente, o assunto mais relevante e polêmico, a ser discutido e aprovado na 1ª Assembléia Nacional Escoteira era o novo Estatuto, uma vez que havia duas correntes a seu respeito. Poucos minutos antes da votação, o Presidente toma a palavra e esclarece sobre o que a Assembléia irá votar: por uma única entidade dirigente do Escotismo Nacional, ou por uma diversificação da direção do Escotismo nos três ramos em que se subdividem as suas especialidades. Prossegue no próximo número.

REAL CRÉDITO AO ESCOTISMO

Como divulgado em outras oportunidades, em novembro de 1989 o CCME remeteu cartas aos Prefeitos e Presidentes das Câmaras Municipais de todos os Municípios do Brasil; tinham como finalidade pedir para que considerassem a oportunidade de, nas Leis Orgânicas então em elaboração, consignarem uma referência ao Escotismo como instrumento para a educação complementar dos jovens. Cerca de vinte Municípios aderiram à ideia. Com muita satisfação registramos o fato de, em 15 de abril de 1998, a Câmara Municipal de Uberaba - MG haver promulgado Emenda Constitucional ao Art. 144 da Lei Orgânica Municipal que passa a vigorar com a segunda redação, renumerando-se os demais.

Art 144 - O Poder Público Municipal promoverá, apoiará e articulará o escotismo nos meios educacionais, como forma de exercício de cidadania e método complementar de educação.

1ª - A atividade escoteira será considerada de relevante utilidade pública no contexto municipal, devendo-se prestar toda assistência e auxílio necessário dos demais órgãos municipais para a prática do escotismo.

2ª - Serão consideradas através de Lei Complementar, áreas específicas do Município para criação de Parques Escoteiros.

Cabe mencionar que a Direção do 29º Grupo Escoteiro Prof. Leôncio Ferreira do Amaral daquela cidade enviou ofício agradecendo o envio, pelo CCME, de material de pesquisa e de informações que permitiram ao Grupo receber o apoio do Vereador Gilberto Caixeta, antigo Escoteiro, autor do Projeto acima transcrito.

MUTIRÃO PARA ESCREVER A HISTÓRIA DO ESCOTISMO



Almirante Blower autografando o Tomo I para o Diretor Nacional Ruben Tadeu Perlingeiro e o Diretor da Região Escoteira-RJ Maurício Moutinho.

No Editorial do número anterior foi lançado um desafio aos Grupos Escoteiros de todo o Brasil para que começassem, de imediato, a escrever a sua História. Estamos hoje cumprindo a promessa de o CCME divulgar um roteiro para facilitar a tarefa e, principalmente, garantir um mínimo de homogeneidade na obra como um todo.

O roteiro que se segue está baseado em um modelo elaborado pelo Conselheiro Almirante Bernard Blower após a Reunião de Instalação do Grupo de Trabalho que seria o responsável pela elaboração dos diversos Tomos da História do Escotismo Brasileiro. A reunião realizou-se em 17 de agosto de 1988, ocasião em que o Conselheiro Blower assumiu a coordenação dos trabalhos para o preparo do Tomo I. Em 10 de novembro de 1994 foi lançado o seu livro em uma noite de autógrafos no Museu Naval, no Rio de Janeiro.

O CCME recomenda que a História do Grupo Escoteiro seja apresentada em Capítulos desdobrados em Seções de acordo com o seguinte roteiro básico:

CAPÍTULO I. Início

Panorama do Escotismo na Região e Distrito em que o Grupo foi fundado.

1. Data da fundação. Pessoas que participaram da iniciativa. Local da reunião. No Apêndice, cópia da Ata. Constituição da primeira Diretoria e demais órgãos de direção do Grupo, com citação nominal dos seus integrantes.

CAPÍTULO II. Funcionamento do Grupo

1. Apresenta em fases no caso de ocorrência de fatos relevantes, tais como: descontinuidade nas atividades do grupo, transferência do local da sede, etc.

2. Relato das modificações na estrutura do Grupo, nas suas Seções, nos efetivos de Escotistas, Dirigentes e Jovens em ordem cronológica.

3. Principais atividades do Grupo como um todo e/ou por Seções.

4. Fatos marcantes ocorridos como crises, sucessos e realizações.

CAPÍTULO III. Considerações Gerais

1. Comentários abordando assuntos relevantes como integração com a sociedade e com órgãos públicos.

2. Visão do futuro, metas e projetos.

3. Índices de crescimento e de evasão acompanhada de uma análise do que ocorreu.

Sempre que possível, devem ser incluídas fotografias julgadas adequadas para enriquecer o relato da História do Grupo. Recomenda-se que cópias de documentos importantes como Atas, Relatórios, Certificados, Diplomas, etc. sejam apresentados ao final sob forma de Apêndices e com referências no texto principal.

Finalmente, este roteiro não deve ser considerado como inflexível. Certamente, poderão ser introduzidas alterações julgadas necessárias para o aperfeiçoamento do trabalho.

CONSELHEIRO FÁBIO DE ALCÂNTARA NO GRANDE ACAMPAMENTO

O implacável perpassar dos dias leva certamente ao instante em que se apaga a chama da vida terrena. Recentemente, essa regra imutável alcançou o Conselheiro do Centro Cultural do Movimento Escoteiro, Chefe Fábio de Alcântara, uma existência voltada com dedicação e competência para o Escotismo.

O Chefe Fábio de Alcântara ingressou no Escotismo em 1º de agosto de 1929 no Grupo de Escoteiros do Mar Euclides da Cunha, onde fez a Promessa em 27 de outubro do mesmo ano. Mais tarde, foi Chefe do Grupo e Chefe da Associação Euclides da Cunha.

Na sua vida profissional era Físico e Meteorologista, com curso de especialização realizado nos Estados Unidos. Foi professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Exerceu funções de Meteorologista na Aeronáutica, onde foi instrutor na Escola de Aeronáutica e na Escola de



Chefe Fábio em atividade marinheira.

Formação de Especialistas.

No Escotismo desempenhou inúmeras funções, na antiga Federação Brasileira de Escoteiros do Mar e na UEB, das quais podemos citar: na FBEMar - Tesoureiro, Diretor da Cantina, Instrutor; na UEB - Comissário Regional dos Escoteiros do Mar; Assistente Regional dos Escoteiros do Mar da Região do Rio de Janeiro; Comissário Regional de Pioneiros e Comissário Distrital; Conselheiro Nacional da UEB; Membro da Comissão Nacional dos Escoteiros do Mar. Recebeu as seguintes Condecorações: Medalha do Mérito da FBEMar em 1940; Cruz Suástica de Bronze (ver Memória Escoteira n.4) também em 1940; Medalha Tiradentes em 1954; Bons Serviços Ouro em 1954; Gratidão Prata em 1961 e, finalmente o Tapir de Prata em 1989. O Chefe Fábio de Alcântara partiu para o Grande Acampamento em 16 de março de 1998.

EXPEDIENTE . MEMÓRIA ESCOTEIRA é um informativo do CCME.

Diretoria Nacional - Diretor-Presidente . Carlos Borba / Diretor Vice-Presidente . Maurício Moutinho da Silva

Diretor Administrativo . vago . / Diretor Administrativo Adjunto . Alan Nacelli

Diretor de Comunicação e Cultura . vago

Diretor de Comunicação e Cultura Adjunto . Neemias Semensato da Silva

Diretor Financeiro . Irecê Carneiro da Cunha

Diretor de Estudos, Pesquisa e Acervo . Roberto Ricardo Pereira de Souza

Diretor de Estudos, Pesquisa e Acervo Adjunto . Manoel Cardoso Filho

Comissão Fiscal - Presidente . Almirante Válbet Lisieux Medeiros de Figueiredo

Membros . Maria Pérola Sodré . Jarbas Pinto Ribeiro . Guilherme Reichwält . Antônio Boulanger Uchôa Ribeiro

CENTRO CULTURAL DO MOVIMENTO ESCOTEIRO . Horário da Secretaria . 2ª à 6ª / 13.30h - 18h

Sede Provisória . 1º Distrito Naval - prédio do antigo SRD. Caixa Postal 4105 . CEP 20001 970 Tel/Fax 233 9338

DESIGN GRÁFICO . Projeto Visual Comunicação Ltda . Projeto . Ana Bia Andrade/Produção . Flávia Quintero . Tel/Fax (021) 238 3074

